



MURILLO DE ARAGÃO

Por Murillo de Aragão

SEGUINHO

Brasil

Ficha Limpa em risco

Mudanças na lei não podem ocorrer sem um amplo debate

Por Murillo de Aragão

Atualizado em 14 fev 2025, 23h07 - Publicado em 14 fev 2025, 06h00



Hugo Motta (Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados)

A Lei da Ficha Limpa representa um marco na legislação eleitoral brasileira ao estabelecer critérios mais rigorosos para a elegibilidade de candidatos. Seu objetivo principal é impedir a candidatura de indivíduos condenados por órgãos colegiados por crimes como corrupção, improbidade administrativa e outros delitos graves. No entanto, desde sua implementação, a legislação tem sido alvo de diversas tentativas de modificação, o que levanta preocupações sobre seus impactos na democracia brasileira. A origem da Lei da Ficha Limpa remonta a um movimento de iniciativa popular que coletou mais de

[Voltar para o site de](#)

ressionar o Congresso a aprovar normas mais

rigorosas sobre inelegibilidade. A lei foi sancionada em 2010 e considerada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2012. Desde sua criação, tem sido um instrumento de depuração política, impedindo a candidatura de vários políticos com histórico de condenações. Seu impacto foi significativo ao longo dos anos, alterando a dinâmica das eleições e aumentando a percepção pública sobre a importância da moralidade na administração pública.

Diversas propostas legislativas e decisões judiciais têm buscado flexibilizar a aplicação da Lei da Ficha Limpa. Algumas das principais tentativas incluem a redução do período de inelegibilidade, atualmente de oito anos para aqueles condenados por órgãos colegiados, permitindo que políticos voltem a concorrer mais rapidamente. Outra proposta visa a alterar os critérios de condenação, restringindo a inelegibilidade apenas a condenações definitivas, ou seja, após o trânsito em julgado, o que na prática retardaria a aplicação da lei e possibilitaria que candidatos concorressem mesmo após condenação em segunda instância.

“A flexibilização traria impactos negativos para a democracia, como o retrocesso no combate à corrupção”

Um dos projetos de lei sobre o tema está na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara e tem relatoria do deputado Filipe Barros (PL-PR), propondo que o prazo de inelegibilidade seja

reduzido para dois anos. A proposta ganhou força após o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), sinalizar que considera oito anos um tempo excessivo para inelegibilidade. O tema não deve ser decidido sem um amplo debate. A flexibilização traria impactos negativos para a democracia brasileira, como o retrocesso no combate à corrupção, favorecendo a volta de políticos condenados e enfraquecendo a responsabilização. A percepção de que a legislação está sendo enfraquecida pode gerar desilusão no eleitorado, reduzindo o engajamento cívico e a credibilidade das instituições. Além disso, políticos condenados poderiam retornar mais rapidamente às disputas, comprometendo a competição justa e equitativa entre candidatos com histórico limpo e aqueles com problemas judiciais.

[Voltar para o site de **veja**](#)

Considerando que, mesmo com a Lei da Ficha Limpa, ainda não foi possível eliminar a presença de políticos com histórico de irregularidades, reduzir o período de inelegibilidade para apenas dois anos enfraqueceria ainda mais os mecanismos de depuração política. Pode-se, evidentemente, discutir se o prazo e as exceções existentes na legislação atual são adequados. No entanto, a redução desse prazo é incompatível com o desejo de construir uma democracia funcional e comprometida com a ética.

Publicado em VEJA de 14 de fevereiro de 2025, [edição nº 2931](#)

MAIS LIDAS

- 1** Mundo
Brasil passa vergonha em exposição no Japão
- 2** Cultura
Cauã Reymond e Bella Campos discutem nos bastidores de 'Vale Tudo'
- 3** Cultura
O destino de Maria Gladys após ajuda providencial da neta famosa, Mia Goth
- 4** Cultura
O último suspiro de um dos grandes milagres de longevidade do rock'n'roll
- 5** Brasil
O novo problema de herdeiros de Gal Costa com a Justiça

HUGO MOTTA

POLÍTICA

Giro VEJA - terça, 15 de abril

Pressão por PL da Anistia sobe e Pablo Marçal sofre duplo revés na Justiça

[Voltar para o site de **veja**](#)